

PRAÇAS E PARQUES NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS NO RIO GRANDE DO SUL: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO

SQUARES AND PARKS IN BORDER CITIES OF RIO GRANDE DO SUL: HERITAGE, IDENTITY AND INTEGRATION

PLAZAS Y PARQUES EN CIUDADES FRONTERIZAS DE RÍO GRANDE DO SUL: PATRIMONIO, IDENTIDAD E INTEGRACIÓN

DOI 10.55028/geop.v20i39

Ana Lúcia Oliveira da Silva*
Adriana Dorfman**

Resumo: Discutem-se aqui praças e parques como espaços públicos e como patrimônio cultural nas cidades fronteiriças do sudoeste do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento e Quaraí, gêmeas das cidades uruguaias de Rivera e Artigas, respectivamente). Com base em revisão bibliográfica e observações empíricas, analisam-se ditos espaços urbanos como lugares de integração social, práticas culturais compartilhadas e de valorização do patrimônio local. Observa-se que parques urbanos conectam pessoas e cidades, configurando-se como repositório de memória e de cultura de fronteira. Conclui-se pela relevância desses espaços para a identificação e valorização do patrimônio cultural e para o fortalecimento da identidade fronteiriça.

Palavras-chave: Memória, integração social, identidade fronteiriça.

Abstract: Squares and parks are discussed here as public and cultural heritage places in the border cities of southwestern Rio Grande do Sul (Santana

Introdução

O objetivo deste estudo é discutir os espaços públicos denominados de praças e parques, relacionando-os ao patrimônio cultural, especialmente no contexto das cidades fronteiriças do sudoeste do Rio Grande do Sul. Os municípios brasileiros abordados são Santana do Livramento e Quaraí que fazem divisa com as cidades uruguaias de Rivera e Artigas, respectivamente. Como metodologia foi realizada uma revisão bibliográfica e observações empíricas para contextualizar o estudo. Cabe conferir atenção aos conceitos relacionados ao tema proposto como: fronteira, condi-

* Bacharel em Comunicação Social, bacharel e mestre em Desenvolvimento Rural, doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, em Porto Alegre, RS, gand030303@gmail.com.

** Bacharel, licenciada, mestre, doutora e pós-doutora em Geografia. Professora associada do Departamento de Geografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas, RS. <https://orcid.org/0000-0001-6318-4546>. adriana.dorfman@ufrgs.br.

do Livramento and Quaraí, twins of the Uruguayan cities of Rivera and Artigas, respectively). Based on literature review and on empirical observations, these urban spaces are analyzed as places of social integration, shared cultural practices and appreciation of local heritage. It is observed that urban parks connect people and cities, as repository of memory and border culture. We conclude that these spaces are relevant for identification and appreciation of cultural heritage and for strengthening of border identity.

Keywords: Memory, social integration, border identity.

Resumen: Plazas y parques son discutidos como espacios públicos y como patrimonio cultural en ciudades fronterizas del suroeste de Rio Grande do Sul (Santana do Livramento y Quaraí, gemelas de las uruguayas Rivera y Artigas, respectivamente). Basándose en revisión bibliográfica y observaciones empíricas, se analizan estos espacios urbanos como lugares de integración social, prácticas culturales compartidas y apreciación del patrimonio local. Se observa que los parques urbanos conectan a las personas y las ciudades, como lugar de memoria y cultura fronteriza. Se concluye que estos espacios son relevantes para la identificación del patrimonio cultural y el fortalecimiento de la identidad fronteriza.

Palabras-clave: Memoria, integración social, identidad fronteriza.

ção fronteiriça, território, lugar, espaço público e patrimônio cultural. Parte-se do entendimento atribuído à fronteira e à condição fronteiriça.

Os aspectos ligados à territorialidade se destacam quando consideramos as diferentes condições fronteiriças que manifestam a relação entre os lugares fronteiriços e processos em diferentes escalas, particularmente a representação da nação, na forma de práticas culturais e de controle (Dorfman, 2013). A autora afirma que a condição fronteiriça é fonte de territorialidade na medida em que rupturas e fechamentos, adaptações e possibilidades são acionados pelos habitantes da fronteira, criando vínculos sociais e territoriais que acionam a fronteira como marcador (Dorfman, 2013).

O território tem sido o foco de distintos estudos e análises na área da Geografia em suas diferentes correntes que o classificam como uma categoria espacial, mas com elementos observáveis e passíveis de análises aprofundadas. Haesbaert e Limonad enfatizam, dentre outros aspectos, que “o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica” (Haesbaert; Limonad, 1999, p. 10).

Quanto ao sentido de lugar, Wives *et al.* identificam “dois significados importantes de lugar em duas escolas: da Geografia Humanista, que considera lugar como produto da experiência humana, e da Geografia Crítica, em que o lugar assume uma compreensão enquanto espaço de singularidade” (Wives *et al.*, 2017, p. 36). Porém estas visões não são excludentes, mas complementares para a construção de um debate acerca deste conceito

Ainda considerando conceitos relacionados ao espaço, tem-se a fronteira como elemento de aprofundamento no entendimento sobre o território. No contexto do espaço platino, desde os primeiros períodos de colonização, houve diversas ocorrências, conflitos e disputas por terras. As fronteiras ou demarcações territoriais políticas, como se conhece atualmente, passaram por várias tentativas de delimitações por parte dos países colonizadores.

Rodrigues (2015) observa que o conceito de fronteira, na maioria das vezes, é confundido com a noção de limite; a autora considera, nesses casos, que a fronteira é uma linha imaginária, podendo ser uma outra representação como um marco histórico ou geográfico, que separa duas ou mais nações. No entendimento de Hissa (2002) a reflexão sobre limites e fronteiras é também uma discussão sobre o poder, na medida em que fronteiras e limites podem servir para estabelecer domínios e demarcar territórios.

A realidade vivida em áreas de fronteiras no âmbito platino apresenta especificidades e, para uma análise reflexiva acerca desta, portanto, faz-se necessário levar em conta diferentes aspectos. Courlet apresentou subsídios teóricos para analisar a região do Prata (2005). Essa autora aborda elementos históricos fundadores da identidade platina e alega que em função de abordagens historiográficas com forte apelo nacionalista, sub-regiões platinas perderam certa especificidade (Courlet, 2005).

Dorfman afirma que sentimentos de nacionalidade, regionalismo, cidadania, identidade e etnicidade emergem em quem habita o espaço de fronteira. Deste modo é possível se utilizar de diferentes abordagens para tratar da pertinência geográfica (2008). Nessa lógica, a fronteira internacional “é um atributo do estado-nação, ela delimita soberania, isto é, demarca a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território; a fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques” (Dorfman, 2008, p. 2). A autora reforça que há uma dinâmica constante pois há “fluxos de pessoas, objetos e informação que cruzam constantemente o limite” e que “na fronteira criam-se possibilidades de atividades econômicas, atraindo população, a descontinuidade e justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades”. A população fronteiriça desenvolve práticas que se especializam

e apresentam semelhanças em ambos os lados da raia, o que pode ser entendido como a formação de uma região: a região-fronteira (Dorfman, 2008).

De acordo com Muller, há momentos em que é conveniente acionar a identidade cultural fronteiriça, tornando-a de maior relevância, distinguindo o habitante do local – sem importar que esse seja brasileiro ou uruguaio – dos “forasteiros”, daqueles que desconhecem as singularidades do espaço fronteiriço. A autora salienta que “trocas e trânsito na região do Prata ocorreram desde os primeiros povos que habitaram aquele espaço” (Muller, 2003, p. 31). Em diversas fases houve tensão, mais fortemente em determinados períodos, mas os intercâmbios não deixaram de ocorrer, pelo contrário, sofreram estímulo e ampliações. A preocupação em resolver os problemas locais levou comunidades da fronteira a criarem mecanismos para tratar suas dificuldades e atender suas necessidades (Muller, 2003).

Já Derrosso e Cury sugerem o tema da “identidade transfronteiriça como uma alternativa para o estudo da construção das identidades pessoais de indivíduos que ocupam” áreas de fronteira, as quais os autores definem como “locais onde as fronteiras naturais determinam as influências, significações e identificações desses indivíduos” (Derrosso; Cury, 2017, p. 4). Os autores acrescentam ainda que “como proposta teórica, a identidade transfronteiriça traz elementos para refletirmos o dinamismo da vida fronteiriça e os processos individuais, de constituição dos sujeitos, que essa realidade (re)cria cotidianamente” (Derrosso; Cury, 2017, p. 4).

Conceitos para orientar a discussão

Para abordar o tema das praças e parques na fronteira optou-se pelas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Quaraí no lado brasileiro e Rivera e Artigas no Uruguai. As duas cidades brasileiras estão situadas no estado do Rio Grande do Sul. Conforme Velozo a fronteira gaúcha tem sido objeto de estudos acadêmicos de diversas áreas das ciências humanas, como a História, Geografia, Políticas Públicas e Antropologia, por ser um espaço de múltiplas interações comerciais, culturais, militares e migratórias (2023). Strassburger (2018), citada por Velozo (2023), indica que tais interações criaram um ambiente propício para a análise de temas como a construção da identidade nacional, interações fronteiriças, práticas culturais e história regional.

Na publicação da Portaria Nº 125 de 21 de março de 2014, do Diário Oficial da República Federativa do Brasil, as cidades gêmeas são consideradas da seguinte maneira:

municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica

e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2014, p. 45).

A institucionalização do conceito em termos normativos, converge com o apresentado por Machado (2005), que destaca que na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades gêmeas. Nesse sentido, segundo Machado as cidades gêmeas adquirem maior importância, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira (Machado, 2005).

A reflexão de Gomes (2018) traz questões sobre o uso das denominações “espaço público” ou “espaços públicos” que costumam designar áreas urbanas abertas. O autor reforça que a análise da literatura geográfica revela a riqueza e, também, a complexidade do tema destacando a necessidade de uma abordagem crítica.

A expressão “espaço público” utilizada por arquitetos, urbanistas e alguns geógrafos, segundo Gomes, é aplicada para a identificação de qualquer espaço urbano livre e aberto, sem considerar seu contexto histórico ou social. Espaços como ruas e praças são frequentemente rotulados como públicos sem que seja avaliado como são estruturados e vividos. Gomes afirma que a simples presença de um espaço aberto não garante que ele seja público em termos de acesso ou uso. A exemplo disso, de acordo com o autor, tem-se a existência de ruas em empreendimentos privados ou centros comerciais que evidenciam uma condição pública de um espaço que pode ser ambígua, com regras de uso controladas por proprietários e administradores (Gomes, 2018).

Gomes apresenta algumas qualidades e elementos centrais dos espaços públicos. Destaca-se a heterogeneidade elementar que o autor considera incluída na reunião de indivíduos pois, para ele, os espaços públicos colocam ao abrigo à manifestação da individualidade e, portanto, oferecem condições para o reconhecimento das diferenças e encorajam ações afirmativas. Sob o ponto de vista político, Gomes afirma que

espaços públicos respondem à questão de saber como estabelecer um terreno de vida comum sem que para essa convivência precisemos renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores, atitudes e formas de apresentação. Trata-se, portanto, de uma co-presença espacial sem que isso pretenda reduzir ou aplanar as características individuais (Gomes, 2018, p. 117).

O espaço público, como destacado por Gomes (2018), é um elemento da comunicação, não apenas pela sua organização, mas também pelo modo como se ativa por meio das ações que ocorrem nele. Esses espaços promovem um amplo diálogo social, englobando não só a comunicação verbal, mas também atos, gestos, formas de apresentação e até mesmo a simples presença, todos carregados de significado e comunicação. Nesse sentido o autor reforça que:

Por isso, espaços públicos convidam à observação e à vivência da alteridade. (...) como espaços de comunicação, de visibilidade, além de permitirem a observação são portadores de reflexividade: observamos e somos observados. A simultaneidade das ações transforma atos, comportamentos e formas de apresentação em informação, em inter-relação e em diálogo (Gomes, 2018, p. 118).

Para Silva (2017), o espaço público urbano organiza-se enquanto espaço de expressão e contestação de valores sociais, como terreno privilegiado de batalha entre diferentes formas de cidadania e modalidades para seu exercício. A função tradicional do espaço da cidade é como local de encontro e fórum social para o exercício da cidadania, lugar de manifestações inusitadas de indivíduos, da materialização das trocas e de reprodução da vida cotidiana (Silva, 2017).

Mendonça (2007) aborda a relação entre o espaço público na cidade e o meio urbano, sua morfologia e as formas de apropriação. A autora aponta que essa relação está fortemente ligada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, representados pelo desenho das formas que também podem, além de definir os espaços públicos para os quais foram projetados, se tornar parte da imagem de um lugar ou de uma cidade, região ou país (Mendonça, 2007).

Ainda segundo a autora, o reconhecimento dos aspectos socioeconômicos envolvidos na criação dessas formas é relevante, pois a forma do ambiente urbano está intrinsecamente conectada às articulações de interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo as pessoas, seus desejos e intenções. Nesse sentido, as possibilidades de uso do ambiente urbano construído, por vezes, não se limitam ao que foi originalmente projetado, mas também incluem adaptações às necessidades imediatas ou aos desejos não atendidos durante a construção (Mendonça, 2007).

Considera-se áreas de praças e parques urbanos, que oferecem livre acesso, espaços públicos. A partir do processo de urbanização, observa-se uma expansão acelerada nas cidades, especialmente em regiões metropolitanas, que levam as populações a conviverem com a constante construção de elementos de infraestrutura e edificações. Deste modo o cenário urbano vai se transformando ao mesmo tempo em que amplia a necessidade de planejamentos urgentes que incluam áreas com vegetação integrada, de convívio e de lazer para os cidadãos de maneira segura

e igualitária. Além disso, tais espaços podem assegurar certa permeabilidade do solo das cidades, onde essa capacidade está cada vez mais reduzida por conta da implantação de pavimentações com concreto e asfalto. A vegetação de parques e praças é outro elemento relevante que contribui para regular o clima local.

O conceito de praças e parques surgiu a partir do processo de industrialização na Europa. Naquele momento se iniciaram as aglomerações populacionais. Houve processos migratórios de pessoas que viviam no meio rural para os centros urbanos que se formavam naquele período. As cidades demandavam muita mão de obra, o que resultou em um amplo contingente de trabalhadores que se distanciaram do meio natural.

Em muitas cidades, a praça proporciona uma ruptura no tecido urbano, configurando um ponto nodal para as práticas de sociabilidade. Devido ao seu caráter integrativo, ela define-se como um espaço de convergência e centralidade, que tende a concentrar usos, funções e atividades, e a exercer o papel de centralidade urbana (Dall'igna Ecker, 2020). Por sua importância, é considerada um espaço referencial, como descrito pela autora a seguir:

A praça é um componente presente em muitas das cidades ocidentais, independentemente de qual seja a nacionalidade, ou os valores culturais. É um espaço público, de uso coletivo que, desde que proposto, passou a ser apropriado a qualquer cidade, pelo homem fundada. Inicialmente compreendida como o espaço público da cultura, da política e da vida social, com o passar do tempo esta passou a ser conceituada como o local no qual ocorrem as mais diversas atividades – sociais, comerciais, culturais, recreativas, esportivas. Em um determinado período, a praça, que era meramente utilizada como um espaço para a realização das atividades humanas, passou, também, a incorporar, em seu desenho, qualidades arquitetônicas e paisagísticas de suma importância, na história das cidades. Atualmente, não há cidade que não possua uma praça referencial, que configure-se como um espaço de convergência e centralidade (Dall'igna Ecker, 2020, p. 103).

Já para De Paula e Do Carmo Caser (2020), os parques públicos são considerados espaços livres de uso público destinados à recreação da população, estruturados por vegetação, independentes morfologicamente do seu entorno e com dimensão considerável. Eles propõem uma classificação segundo sua finalidade, seu design e programa de uso, sua dimensão e sua localização (De Paula; Do Carmo Caser, 2020).

Raimundo e Sarti apontam que parques urbanos se transformaram muito ao longo da história recente da sociedade ocidental. Passaram de elementos para o desfrute das elites e de controle social das camadas populares, para um momento atual de lócus para uma consciência sobre o viver na cidade, num ambiente mais saudável (Raimundo e Sarti, 2016). Os autores acrescentam que as causas disso são porque os parques urbanos, desde a revolução industrial, sempre foram encarados

como locais onde a natureza era, ou merecia ser conservada e reverenciada. Os autores destacam que o distanciamento da natureza que os processos de urbanização e industrialização geraram nas populações das cidades contemporâneas, sentimentos variados sobre os parques urbanos, como:

de oportunidade para um autorreconhecimento das pessoas, de ligação como a natureza e o cosmos, de santuário e paraíso perdido em meio ao caos urbanos, de possibilidades de integração com a natureza, entre outros fatores. Todos eles apresentam oportunidades de vivência dos moradores e turistas em seus tempos livres. Os parques urbanos, na lógica dos serviços ecossistêmicos de informação (de lazer e turismo) podem se configurar como um dos mais importantes equipamentos do espaço público das cidades para as práticas de lazer (Raimundo; Sarti, 2016, p. 21).

Patrimônio cultural no Brasil foi instituído por meio do Artigo 216 da Constituição de 1988 que o apresenta como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Canclini (1994) define que patrimônio é muito mais do que a herança de cada povo como sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, pois são incluídos também os bens culturais visíveis e invisíveis – novos artesanatos, línguas, conhecimentos e outros. O autor argumenta que foi ampliada a política patrimonial de conservação e administração. Tal expansão teve o propósito de conectar bens culturais do passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias. Ele destaca que o patrimônio de uma nação vai além dos bens culturais das classes dominantes. Nesse sentido são incluídos produtos da cultura popular produzidos no passado aos usos sociais que relacionam esses bens às necessidades contemporâneas das maiorias. Há o reconhecimento de que o patrimônio de uma nação não é composto somente por bens culturais de classes hegemônicas, mas também por produtos abrangendo os bens materiais e simbólicos de todos os grupos sociais (Canclini, 1994).

Os objetos, lugares e práticas que compõem um patrimônio, segundo Gonçalves (2007), precisam encontrar ressonância junto a seu público, podendo evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e as quais representa. Para Muñoz Viãs (2003), o que justifica a preocupação com os bens patrimoniais não são suas circunstâncias materiais, mas o caráter simbólico que adquirem. Já para Prats, o patrimônio local é capaz de ser um fórum de memória que permita refletir sobre o passado a partir de preocupações e desafios do presente, projetando de modo participativo o futuro (Prats, 2005).

Praças e parques urbanos podem se constituir também como locais de preservação e valorização do patrimônio cultural. Frequentemente tais áreas de utilização pública carregam um valor cultural significativo e refletem a identidade e a história de uma cidade. A presença de monumentos, estátuas, arquitetura histórica nesses espaços ou em seu entorno, enriquecem a experiência cultural de visitantes e moradores oportunizando uma conexão tangível com o passado. Para além da sua função histórica, as praças e parques urbanos podem ser instrumentos para a continuidade do patrimônio cultural, pois apresentam diferentes elementos que oferecem espaços para diversas atividades culturais contemporâneas.

A integração de arte pública e a manutenção de projetos culturais nesses espaços, por exemplo, proporcionam uma plataforma para a expressão criativa e o engajamento da comunidade, assegurando que o patrimônio cultural não seja apenas conservado, mas também vivido e atualizado. Praças e parques não apenas preservam o passado, mas também contribuem para a construção de um legado cultural dinâmico e inclusivo.

Metodologia

O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa de caráter exploratório de forma a proporcionar uma visão geral do tema (Gil, 2002). Segue-se o estudo de maneira descritiva. Assim, para investigar sobre as praças e parques públicos urbanos nas cidades gêmeas na fronteira do Brasil com o Uruguai e os conceitos que norteiam o estudo, a metodologia combinou a revisão bibliográfica com observações empíricas diretas.

As observações empíricas foram utilizadas para a coleta de dados primários permitindo uma compreensão aprofundada dos espaços em seu contexto real, sendo realizadas por meio de visitas de campo aos parques e praças selecionados em ambos os países. Foram feitos registros fotográficos e anotações de campo para documentar as características arquitetônicas, a infraestrutura disponível, o estado de conservação e o uso dos espaços públicos. As fotografias serviram como evidência visual para análise e descrição. As anotações de campo incluíram descrições sobre a atmosfera dos locais, a presença de elementos do patrimônio cultural, as interações sociais observadas e a relação dos espaços com o entorno urbano.

A organização dos dados coletados foi feita com base na presença e nas características dos espaços públicos em cada uma das cidades gêmeas, permitindo a análise comparativa entre os locais de estudo e a sua relação com os conceitos de patrimônio cultural abordados anteriormente.

Resultados: conectando culturas e unindo paisagens

Como mencionado inicialmente, este estudo refere-se às cidades gêmeas de Santana do Livramento e Quaraí, situadas no sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil e Rivera e Artigas no Uruguai, respectivamente. Nas duas cidades brasileiras existem praças e parques urbanos em que os habitantes de ambos os países usufruem desses espaços destinados ao lazer, a encontros, ao convívio em áreas arborizadas e ajardinadas, além de poderem exercer atividades físicas, culturais ou comerciais. Nesse sentido, constata-se que a variedade de práticas nas praças e parques nas cidades gêmeas, contribui para a integração social e o bem-estar das comunidades fronteiriças somando-se à valorização do patrimônio cultural.

O Parque Internacional localizado de um lado na cidade brasileira de Santana do Livramento e de outro na cidade uruguaia de Rivera, conforme mostrado na Figura 1, é um dos casos que este estudo expõe. Esse espaço carrega um potente valor histórico-cultural para os dois municípios. A arquiteta Andréa Ilha e o historiador Eduardo Palermo consideram o Parque Internacional o mais representativo bem do patrimônio cultural das duas cidades (2023). Essa praça, segundo os autores, é considerada um espaço público que materializa e representa a vida fronteiriça, o ser fronteiriço em seu sentimento de pertencimento, que eles denominam de “Fronteira Emocional”. Ilha e Palermo apontam que ainda que isso possa ser visto como uma visão que valoriza a integração, e não os aspectos que a dificultam, preferindo defender o fortalecimento de laços que levam à integração:

Sabemos das dicotomias existentes na nossa convivência, nos entraves jurídicos e diplomáticos, nas desavenças que às vezes fazem sobressair os nacionalismos, mas preferimos acreditar que a cultura que cultivamos, de integração e irmandade, seja mais importante e deva ser cada vez mais impulsionada para o bem do desenvolvimento de nossas cidades irmãs, que sempre se apoiaram uma na outra (Ilha; Palermo, 2023, p.5, tradução nossa).¹

¹ No original em espanhol: “Somos conscientes de las dicotomías que existen en nuestra convivencia, de los obstáculos legales y diplomáticos, de los desacuerdos que a veces ponen de relieve el nacionalismo, pero preferimos creer que la cultura que cultivamos, de integración y fraternidad, es más importante y debe promoverse cada vez más en beneficio del desarrollo de nuestras ciudades hermanas, que siempre se han apoyado mutuamente”.

Figura 1. Parque Internacional localizado nas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera



Fonte: Freitas (2024)².

A ideia da criação do Parque Internacional nasceu em 1923, a partir da vontade de construir um monumento relacionado à integração e a paz, admitindo a possibilidade compartilhamento de um território brasileiro e uruguaio (Ilha; Palermo, 2023). O Parque foi inaugurado em pleno período da II Grande Guerra, no ano de 1943. Observa-se vários aspectos constituintes do Parque que, de acordo com Ilha e Palermo, é um marco único na América por estar em um espaço público que marca a fronteira entre dois países, no caso Brasil e Uruguai (2023). Os autores apontam que a configuração do Parque reforça a imagem de integração entres os dois países.

Esse espaço público que une e integra cidades de diferentes países, em resumo, configura uma singularidade legal e geoespacial que transmite imediatamente uma imagem, uma mensagem de integração. A subjetividade emocional dos visitantes é reforçada pela ausência de outros elementos que indiquem a presença ostensiva dos Estados-Nação. Para os riverenses e santanenses, a Praça, ou Parque Internacional, como muitos santanenses o chamam, é parte da vida cotidiana e, como tal, é um local de lazer e uma área de trânsito permanente em meio ao movimento comercial (Ilha; Palermo, 2023, p. 7, t.n.).³

² Fotografia de D'Orleães Fernando Barcellos de Freitas por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

³ No original em espanhol: "Este espacio público que une e integra ciudades de países diferentes, en definitiva, configura una singularidad jurídica y geoespacial que trasmite de inmediato una imagen, un mensaje de integración. La subjetividad emocional de los visitantes se refuerza con la ausencia de otros elementos que señalen la presencia ostensiva de los Estados-Nacionales. Para los riverenses y santanenses, la Plaza, o el Parque Internacional, como muchos santanenses la deno-

Os conceitos de praça e parque inseridos anteriormente neste texto convergem com os apresentados por Ilha e Palermo (2023). Existe uma diferenciação em relação à inserção em contextos urbanos e outras características. No entanto, ambos conceitos denotam a multiplicidade de usos por parte dos frequentadores que podem ser os cidadãos ou visitantes vindos de diferentes lugares, com propósitos diversos.

Precisamos esclarecer que, urbanisticamente, existem diferenças conceituais entre praça e parque. Praças são espaços públicos que definem por excelência o senso de cidade, encontro, controle social, eles compõem e interagem com outros espaços públicos, com seu ambiente e contexto urbano, podem ou não ter a presença de vegetação ou outros elementos da paisagem. Os parques urbanos, por outro lado, não têm essa relação íntima com o local onde são inseridos do ponto de vista urbano; normalmente são espaços onde a presença da natureza, vegetação, cursos d'água e outros elementos projetados é privilegiada. A construção de parques urbanos tem sido usada para recuperar áreas ambientalmente degradadas ou frágeis, inclusive como ferramenta para a preservação ambiental dos remanescentes de biomas existentes. Existem outros tipos de parques, destinados a usos específicos, principalmente para lazer, mas sempre com a característica de serem voltados para si mesmos, independentemente do contexto urbano onde sejam inseridos (Ilha; Palermo, 2023, p. 121, t.n.).⁴

Foram elaborados vários projetos para a definição do desenho final do Parque e dos elementos que seriam incluídos. A simbologia maçônica teve forte influência na inclusão de componentes na área, desde desenhos elaborados em pedras em mosaico no calçamento, escadarias e monumentos. Ilha e Palermo (2023) destacam a especificidade do Parque, como sua área localizada em uma linha de fronteira de dois países.

A Praça é composta por características especiais que a tornam única no mundo. Ela compreende uma área aproximada de cinquenta e cinco mil metros quadrados, incluindo suas avenidas, e forma um conjunto ornamental disposto simetricamente em ambos os lados da linha divisória. Por acordo entre as Comissões de Fronteiras e aprovado pelos Governos, o abastecimento de água de toda a praça seria atendido por Rivera,

minan, está incorporado a la vida cotidiana y como tales lugares de esparcimiento y una zona de tránsito permanente en medio del movimiento comercial" (Ilha; Palermo, 2023, p.7).

⁴ No original em espanhol: "Debemos aclarar que urbanísticamente existen diferencias conceptuales entre Plaza y Parque. Las plazas son espacios públicos que definen por excelencia el sentido de ciudad, reunión, control social, componen e interactúan con otros espacios públicos, con su entorno y contexto urbano, pueden o no tener presencia de vegetación u otros elementos del paisaje. Los Parques Urbanos, por el contrario, no tienen esta íntima relación con el lugar donde se insertan desde el punto de vista urbano, normalmente son espacios donde se privilegia la presencia de la naturaleza, la vegetación, los cursos de agua y otros elementos proyectados. La construcción de parques urbanos se ha utilizado para recuperar áreas ambientalmente degradadas o frágiles, inclusive como herramienta para la preservación ambiental de remanentes de biomas existentes. Existen otros tipos de Parques, destinados a usos específicos, principalmente de ocio y recreo, pero siempre con la característica de estar volcados hacia sí mismos, independientemente del contexto urbano donde se inserte" (Ilha; Palermo, 2023, p. 121).

enquanto a eletricidade e a iluminação seriam fornecidas pelo Livramento. A drenagem da água da chuva de toda a praça foi construída e é transferida por gravidade para o território brasileiro (Ilha; Palermo, 2023, p. 68, t.n.).⁵

Ilha e Palermo (2023) lembram que no ano de 2016 foi construída uma estrutura predial com a finalidade de ser um centro de informações turísticas. Houve certa polêmica por parte da população que entendia inapropriada a alteração do Parque binacional considerado um patrimônio cultural.

Em 2016, um edifício foi construído para abrigar um centro de informações e serviços de apoio ao turismo, que serve como o pórtico da praça em sua extremidade inferior. Sua construção, uma iniciativa uruguaia, foi controversa pela população por considerar a Praça um Patrimônio Cultural que não deveria ser modificado. No entanto, uma vez que as dúvidas foram resolvidas pelos governos sobre as autorizações para sua construção, e enquanto estava em operação, fica claro que houve um aumento no uso desse terceiro nível da praça, a ponto de o centro de informações acabar organizando o espaço e permitindo maior segurança com uma atividade permanente, proporcionando uso intensivo com eventos públicos, principalmente binacionais, lazer, feiras, atividades esportivas, um ponto de referência para o público da fronteira. Tornou-se um ponto de encontro. A construção da Plaza Internacional, somada a outras obras de melhoria urbana no Cerro del Marco e avenidas na linha divisória, realizada na década de 1940, integrou as duas cidades, consolidando-as como uma conurbação (Ilha; Palermo, 2023, p. 68, t.n.).⁶

O segundo exemplo de cidades gêmeas que apresentam praças e parques urbanos é o de Quaraí, no Brasil e Artigas, no Uruguai. A fronteira entre os dois países, especificamente entre as duas cidades mencionadas, é marcada pela presença do rio Quaraí. Para a realização da travessia, a população fronteiriça conta com a ponte da Concordia onde há atividades aduaneiras em ponto de fronteira alfandegado.

⁵ No original em espanhol: “La Plaza está compuesta por características especiales que la hacen única en el mundo. Comprende un area aproximada de cincuenta y cinco mil metros cuadrados, incluidas sus avenidas, y forma un conjunto ornamental dispuesto simétricamente a ambos lados de la línea divisoria. Por acuerdo entre las Comisiones de Límite y aprobado por los Gobiernos, se atendería el abastecimiento de agua de toda la plaza por parte de Rivera, mientras que la energía eléctrica y la iluminación sería provistas por Livramento. El drenaje de los pluviales de toda la plaza fue construido y se traslada por gravedad al territorio brasileño” (Ilha; Palermo, 2023, p. 68).

⁶ No original em espanhol: “En 2016 se construyó un edificio para albergar un centro de información turística y servicios de apoyo, que se desempeña como pórtico de la plaza en su extremo inferior. Su construcción, iniciativa uruguaya, fue polemizada por la población por considerar a la Plaza un Patrimonio Cultural que no debía ser modificada. Sin embargo, resueltas las dudas por los gobiernos relativas a las autorizaciones para su construcción, y estando ella en funcionamiento, queda claro que hubo un incremento en el uso de este tercer nivel de la plaza, en la medida que el centro de información terminó organizando el espacio y permitiendo mayor seguridad con una actividad permanente, proporcionando un uso intensivo con eventos públicos, en su mayoría binacionales, ocio, ferias, actividades deportivas, punto de referencia para el público fronterizo. Se convirtió en un lugar de encuentro. La construcción de la Plaza Internacional, sumada a otras obras de mejoramiento urbano en el Cerro del Marco y avenidas sobre la línea divisoria, realizadas en la década de 1940, integraron las dos ciudades, consolidándolas como una conurbación” (Ilha; Palermo, 2023, p. 68).

Em Quaraí, existem praças e parques urbanos semelhantes aos de outras cidades brasileiras. Contudo, apresentam particularidades significativas por pertencerem a uma cidade fronteiriça e por sua história. A praça General Osório, conforme Figura 2, fica na área central do município, atualmente é um ponto de encontro dos seus habitantes e de seus vizinhos artiguenses. A praça é arborizada e conta edificações como o Centro Cultural Dyonélio Machado o qual apresenta uma biblioteca, um auditório e um espaço para exposições de arte e fotografia.

Na praça, também é possível visitar uma pequena área coberta que abriga a feira da agricultura familiar e artesanato de Quaraí. No interior da área existe uma fonte, um local para montagem de palco para shows e eventos culturais, os quais são apreciados pelos quaraienses e, também, pelos uruguaios da cidade de Artigas. Há um espaço para o lazer de crianças, um “chimarródromo” (local onde os frequentadores tomam a bebida tradicional do Rio Grande do Sul: o chimarrão) e, no seu perímetro, há a presença de lanchonetes. Um dos atrativos para os visitantes é o traçado do mapa da cidade em um dos locais da praça.

Figura 2. Traçado do mapa de Quaraí na Praça General Osório



Fonte: Freitas (2024)⁷.

⁷ Fotografia de D’Orleães Fernando Barcellos de Freitas por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

A poucos quilômetros do centro do município, está situado o Parque Municipal Dyonélio Machado. Este apresenta um relevante patrimônio cultural tanto para cidade de Quaraí quanto para Artigas, no Uruguai. Isso porque em seu interior se encontram os remanescentes do saladeiro São Carlos, com mostra a Figura 3, onde era produzido o charque que era exportado passando pelo país vizinho até o porto de Montevideo.

Figura 3. Imagem aérea dos remanescentes do Saladeiro São Carlos no Parque Dyonélio Machado em Quaraí/RS



Fonte: Eduardo Schumann (2024)⁸.

De valor histórico e cultural a área do atual Parque, era de propriedade privada e estava em completo abandono. Segundo Silva (2022) no ano de 1991, a professora de música Alda Calvete, com a permissão e o apoio do prefeito Juarez Custódio, iniciou um projeto de revitalização. Embora o Parque tenha sido negligenciado por parte dos administradores públicos ao longo de décadas, o espaço tem sido utilizado para encontros, lazer, eventos culturais e é um atrativo turístico

⁸ Fotografia de Eduardo Schumann por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

do município. As comunidades de Quaraí e Artigas têm realizado esforços para que o Parque seja reconhecido por parte dos dois países como um elemento para a valorização do patrimônio cultural e de fortalecimento dos laços entre as cidades gêmeas e da identidade fronteiriça.

A cidade uruguaia de Artigas oferece amplos espaços de lazer e esporte que recebem frequentadores do Brasil e do Uruguai. Destaca-se o Paseo 7 de Septiembre, que fica às margens do rio Quaraí e abaixo da Ponte Internacional da Concórdia, como exposto na Figura 4. O local oferece uma infraestrutura que inclui um lago artificial, áreas de recreação para crianças, de camping, quadras de esportes, áreas arborizadas com churrasqueiras. Os elementos como o rio e a ponte que fazem parte do contexto dos parques urbanos na fronteira entre Quaraí e Artigas, são compartilhados de maneira amistosa pelos habitantes das duas cidades e visitantes de outras localidades. Isto pode indicar que a utilização e desfrute dos espaços públicos em cidades gêmeas podem ter forte relação com a valorização do patrimônio cultural fronteiriço.

Figura 4. Paso 7 de Septiembre, Artigas, Uruguai



Fonte: Freitas (2024).

Nesse sentido, professor uruguaio Gonzalo Villanueva, membro da organização quaraense sem fins lucrativos, Associação Amigos do Saladeiro (AAS), propôs um projeto binacional de turismo cultural para a intendência de Artigas. Tal iniciativa visa valorizar o patrimônio histórico de Artigas e Quaraí. A intenção é transformar os saladeiros e, possivelmente outras áreas próximas, em um parque

com elementos que exponham a história da produção do charque no Brasil e da ferrovia no Uruguai.

O projeto apresentado prevê a criação de espaço cultural que inclui um espaço arqueológico com painéis informativos, um aplicativo de realidade aumentada e um centro de visitantes. Complementando o objetivo de valorização do patrimônio da região, o projeto pretende contribuir também, para o desenvolvimento local, gerando emprego e renda para trabalhadores artiguenses. O público esperado são frequentadores uruguaios de diferentes regiões, quaraíenses e brasileiros de outras localidades. A AAS se compromete em apoiar o projeto e entende que a participação e as contribuições como questionamentos, ideias e sugestões das comunidades locais, são essenciais para o sucesso do projeto.

Considerações finais: espaços públicos, pertencimento e identidade

As praças e parques públicos urbanos são parte da identidade local e, nas cidades gêmeas na fronteira do Brasil com o Uruguai aqui estudadas, é possível, tanto na literatura científica quanto no contato com alguns de seus habitantes, reconhecer o forte sentimento de pertencimento que promove a coesão social. Nas localidades estudadas, tais espaços são utilizados de diferentes formas como encontros e vivências com as quais a comunidade pode se conectar com a natureza, com o passado e tradições, o que pode levar ao reconhecimento recíproco e valorização mútua do patrimônio cultural.

Nos dois casos apresentados, tanto em Santana do Livramento e Rivera quanto em Quaraí e Artigas, embora sejam distintos quanto à tipologia, dimensões e localização, o papel das praças e parques públicos está relacionado não apenas a proporcionar lazer e recreação para os frequentadores, mas também atuando como repositório de memória e de cultural fronteiriça.

Na área de conhecimento da arquitetura e urbanismo existe uma extensa literatura que aborda o tema acerca de espaços, praças e parques públicos urbanos. No entanto, são escassas as publicações que aprofundam o assunto em relação à fronteira dos países. Este estudo apresentou uma breve descrição do contexto de praças e parque públicos das cidades gêmeas mencionadas buscando destacar sua relação como patrimônio cultural fronteiriço. A utilização desses espaços pelos habitantes locais das quatro cidades remete à valorização da integração entre Brasil e Uruguai.

Vale ressaltar a necessidade de realização de pesquisas que explorem a relevância desses espaços públicos para a identificação e valorização do patrimônio cultural e na construção da identidade fronteiriça. Efetuar pesquisas com a

participação das comunidades e registrar suas opiniões e sugestões autênticas, pode levar a formulação de políticas públicas voltada à criação, administração, manutenção, revitalização e melhorias das praças e parques públicos. Assim, tais espaços podem ser frequentados, compartilhados e visitados da melhor maneira possível, sendo um importante elo entre as populações fortalecendo as identidades culturais e sociais fronteiriças.

Referências

ARAÚJO, R. A. de. **Identidades e territórios culturais**: subsídios para a área de proteção do ambiente cultural de São Cristóvão. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/33422/dissertacao_raquel_aquino.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. Portaria nº- 125, de 21 de março de 2014. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Ministério da Integração Nacional. Poder Executivo, Brasília, DF, n. 56, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Iphan, Rio de Janeiro, n. 23, 1994. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>. Acesso em: 18 abr. 2022.

COURLET, B. A. **Identidades em uma zona de fronteira**: a região da prata no período colonial. In: JORNADA DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 2., 2005. **Anais...** [S. l.]: [S. n.], 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-03.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

DALL'IGNA ECKER, V. O conceito de praça e a qualidade da paisagem urbana. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 101–110, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19559>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DE PAULA, D.; DO CARMO CASER, K. Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 63, 2020. Disponível em: <https://is.gd/I2G8uv>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DERROSSO, G. S.; CURY, M. J. F. A dimensão da identidade em espaços fronteiriços: um diálogo entre territorialidade, identidade e fronteiras. **Revista Orbis Latina**, Foz de Iguaçu/ PR (Brasil), Edição Especial, v. 7, n. 3, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acesso em: 19 ago. 2024.

DORFMAN, A. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/57ucfhvh>. Acesso em: 09 ago. 2024.

DORFMAN, A. **Nacionalidade doble-chapa**: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. 2008. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2008-nacionalidade-doble-chapa-AD.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOMES, P. C. da C. Espaço público, espaços públicos. **GEographia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

GONÇALVES, J. R. Monumentalidade e Cotidiano: Os Patrimônios Culturais como Gênero Discursivo. In: GONÇALVES, J. R.; NASCIMENTO JÚNIOR, S. J.; CHAGAS, M. (Orgs.).

Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios (Museu, Memória e Cidadania). Rio de Janeiro: Garambone, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, n. 5, p. 7, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 18 ago. 2024.

HISSA, C. E. V. A. **Mobilidade das fronteiras:** inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

ILHA, A. H.; PALEMO, E. R. **Plaza Parque Internacional 80 años.** Durazno-Uruguay: Tierradentro Ediciones, 2023.

MACHADO, L. O, Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamás:** globalização e territórios na América Latina. Ed. Civilização Brasileira. V. 1. 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=DrxmRocAAAAJ&citation_for_view=DrxmRocAAAAJ:zYLM7Y9cAGgC. Acesso em: 19 ago. 2024.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 296–306, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10926>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MULLER, K. M. **Mídia e fronteira:** jornais locais em Uruguiana-Libres e Livramento-Rivera. 2003. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/conc.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoría contemporánea de la restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social** No 21, 2005.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.32>. Acesso em: 23 ago. 2024.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ Nurba**, n. 2, 2015.

SILVA, K. A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do direito à cidade e do planejamento urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1586–1605, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/29263>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, A. L. O. **Dilemas e perspectivas do parque Dyonélio Machado e dos remanescentes do saladeiro São Carlos de Quaraí, RS.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) - Plageder, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/254278/001160419.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 ago. 2024.

VELOZO, E. G. **As Interações e as paisagens de fronteira entre São Borja (BRA) e Santo Tomé (ARG).** 2023. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/261810/001172489.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2024.

WIVES, D. G.; DURÁN, C. E. A.; SENNA, H.B.; KÜHN, I. O Espaço e suas categorias de análise no olhar da Geografia. In: RAMOS, J. D. D.; WIVES, D. G.z (orgs.). **Natureza do espaço e o desenvolvimento** [recurso eletrônico]. Coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175290>. Acesso em: 11 ago. 2024.